

Instituto de Previdência do Município de Jundiaí - IPREJUN
CONCURSO PÚBLICO

De Provas e Títulos 2012- Edital nº 001/2012

CADERNO DE QUESTÕES

001 - PROCURADOR JURÍDICO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTEs.

- 1 Confira se, além deste CADERNO DE QUESTÕES referente ao cargo escolhido, que contém 60 questões objetivas, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA destinado à marcação das respostas da prova.
- 2 Verifique se o seu nome e o número de sua inscrição conferem com os que aparecem no CARTÃO-RESPOSTA. Em caso de divergência, notifique imediatamente o fiscal.
- 3 Após a conferência, assine seu nome nos espaços próprios do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando, de preferência, caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
- 4 Não dobre, não amasse e nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele somente poderá ser substituído caso esteja danificado na barra de reconhecimento para leitura óptica.
- 5 No CARTÃO-RESPOSTA marque para cada questão a letra correspondente à opção escolhida para a resposta, preenchendo todo o espaço compreendido no retângulo, à caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Preencha os campos de marcação completamente, sem deixar espaços em branco.
- 6 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 opções, identificadas com as letras **A, B, C, D e E**. Apenas uma responde adequadamente à questão. Você deve assinalar apenas uma opção em cada questão. A marcação em mais de uma opção anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- 7 O tempo disponível para esta prova é de **três horas**.
- 8 Sugerimos que reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
- 9 Quando terminar a prova, entregue ao fiscal este CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA.
- 10 Você somente poderá deixar o local de prova após 1 hora do início da aplicação da prova.
- 11 Você será excluído do exame caso utilize, durante a realização da prova, máquinas e(ou) relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie.
- 12 O penúltimo e o antepenúltimo candidato que terminar a prova deverão ficar na sala até o último candidato entregar a prova. O candidato que estiver fazendo a prova por último não é testemunha, e sim a pessoa que está sendo observada.

NOME DO CANDIDATO: _____

Nº de Inscrição: _____ | **RG nº:** _____ | **Sala:** ____ | **Carteira:** _____

GRUPO MAKIYAMA

Questão 01

Assinale a alternativa que indica incorretamente a causa que permite a prorrogação dos prazos nos contratos firmados com a Administração Pública. Assim, de acordo com o art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93, são causas da citada prorrogação:

- A Alteração das condições contratuais por ato unilateral da Administração.
- B Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites legalmente permitidos.
- C Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.
- D Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração Pública.
- E A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

Questão 02

De acordo com o art. 81 da Lei nº 8.666/93 a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas. Leia atentamente as afirmativas abaixo sobre as sanções administrativas que podem ser impostas neste caso e assinale a alternativa correta:

- I A imposição da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato. Todavia, se ocorrer a rescisão, fica afastada a aplicação de outras sanções.
 - II Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos.
 - III Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
- A Todas as afirmativas estão corretas.
 - B Apenas a afirmativa I está correta.
 - C Apenas a afirmativa II está correta.
 - D Apenas a afirmativa III está correta.
 - E Todas as afirmativas estão incorretas.

Questão 03

A lei nº 10.520/02 instituiu a modalidade licitatória intitulada “pregão” para a aquisição de bens e serviços comuns. Assinale a alternativa correta que se refere a esta forma de licitação:

- A Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso.
- B Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos desta modalidade licitatória, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos em legislação própria, por meio de especificações usuais no mercado.
- C No curso da sessão da apresentação de lances, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 20% (vinte por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- D A convocação dos interessados para participar do certame será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local e por meios eletrônicos e, conforme o vulto da licitação, também em jornal de grande circulação.
- E Logo após a identificação do interessado ou representante que participa do certame, iniciar-se-á a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, cabendo ao pregoeiro proceder à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação de todos os licitantes que apresentaram suas propostas, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

Questão 04

No dizer de Diógenes Gasparini, a “... *Administração Pública está obrigada a policiar, em relação ao mérito e à legalidade, os atos administrativos que pratica. Cabe-lhe, assim, retirar do ordenamento jurídico os atos inconvenientes e inoportunos e os ilegítimos.*”. Tais palavras retratam:

- A O princípio do poder de polícia da Administração Pública.
- B O princípio da autotutela dos atos administrativos.
- C O princípio da supremacia do interesse público no controle dos atos administrativos.
- D O princípio da eficiência para se garantir o “dever de boa administração”.
- E O princípio da motivação dos atos administrativos.

Questão 05

A entidade administrativa definida como sendo “o *serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada*” é chamada de:

- A Concessionária de serviços públicos.
- B Permissionária de serviços públicos.
- C Autarquia.
- D Fundação pública.
- E Entidade paraestatal.

Questão 06

A Lei nº 8.987/95 dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal. Analise as afirmativas abaixo que versam sobre referido tema e, posteriormente, assinale a alternativa correta:

- I Considerar-se-á desclassificada da licitação a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes, ou a proposta de entidade estatal alheia à esfera político-administrativa do poder concedente que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios do poder público controlador da referida entidade.
- II Quando permitida, na licitação, a participação de empresas em consórcio, observar-se-á, dentre outras normas, a comprovação de compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciada, e a indicação da empresa responsável pelo consórcio.
- III Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa do serviço público, para mais ou para menos, conforme o caso.

- A Todas as afirmativas estão corretas.
- B Todas as afirmativas estão incorretas.
- C Apenas a afirmativa I está incorreta.
- D Apenas a afirmativa II está incorreta.
- E Apenas a afirmativa III está incorreta.

Questão 07

Acerca do tema “atos de improbidade administrativa”, assinale a alternativa que, incorretamente, indica ações ou omissões que neles impliquem:

- A Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- B Negar publicidade aos atos oficiais, salvo nos casos que permitam a edição dos chamados “decretos secretos”, pois envolvem situações de segurança nacional.
- C Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- D Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- E Frustrar a licitude de concurso público.

Questão 08

O ato de frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente fica caracterizado como sendo:

- A Ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- B Ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- C Ato de improbidade administrativa que importa em receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- D Ato de improbidade administrativa que importa em permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- E Ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao Erário.

Questão 09

Analise as afirmativas abaixo que se referem às penalidades que poderá sofrer o responsável pela prática de ato caracterizado como improbidade administrativa e, posteriormente, assinale a alternativa correta:

- I Na hipótese de enriquecimento ilícito haverá: perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de seis a dez anos, pagamento de multa civil de até cinco vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
- II Na hipótese de prejuízo ao Erário haverá: ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
- III Na hipótese de atentar contra os princípios da Administração Pública haverá: ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de dois a cinco anos, pagamento de multa civil de até cinquenta vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

- A Apenas as afirmativas I e II estão incorretas.
- B Apenas as afirmativas II e III estão incorretas.
- C Apenas as afirmativas I e III estão incorretas.
- D Todas as afirmativas estão incorretas.
- E Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 10

Sobre o chamado “cargo em comissão” assinale a alternativa correta:

- A São próprios para o desempenho de atividades subalternas, em que os seus titulares não exercem funções de assessoria, chefia ou diretoria.
- B A garantia de permanência do titular do cargo somente ocorre após o decurso do prazo de 3 (três) anos, quando se cumpre o “estágio probatório”.
- C O desligamento do titular somente poderá ocorrer após o devido processo judicial, não bastando para tanto o mero processo administrativo.
- D São encontrados em todos os níveis governamentais e destinados essencialmente para o desempenho de funções relacionadas à direção, chefia e assessoramento.
- E É o cargo cuja ocupação se dá por meio de concurso público de provas e títulos e as hipóteses que permitem o seu preenchimento são elencadas de forma taxativa na Constituição Federal.

DIREITO CIVIL**Questão 11**

Analisando de forma criteriosa as afirmativas abaixo que versam sobre pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta:

- I Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas previstas no Código Civil.
 - II Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
 - III As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, mesmo se não houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- A Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 - B Apenas as afirmativas II e III estão incorretas.
 - C Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - D Apenas as afirmativas I e III estão incorretas.
 - E Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 12

De acordo com o Código Civil, os partidos políticos legalmente constituídos são considerados:

- A Pessoas jurídicas de direito público interno.
- B Pessoas jurídicas de direito privado.
- C Autarquias federais.
- D Associações de direito privado.
- E Organizações associativas de direito público.

Questão 13

Acerca dos bens públicos, assinale a alternativa incorreta:

- A Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- B O uso comum dos bens públicos pode ser retribuído se assim for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
- C O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito se assim for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
- D São bens públicos os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
- E São bens públicos os de uso comum do povo, tais como estradas, ruas e praças da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

Questão 14

Sobre a prescrição prevista no Código Civil, analise as afirmativas abaixo e, posteriormente, assinale a alternativa correta:

- I Não corre a prescrição entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar, nem contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios e, por fim, não corre igualmente a prescrição pendendo ação de evicção.
 - II A interrupção da prescrição, que pode ser motivada por qualquer interessado, somente poderá ocorrer uma vez, e dar-se-á, dentre outras hipóteses, por despacho exarado apenas pelo juiz competente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
 - III A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado outro prazo, sendo que prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- A Apenas a afirmativa I está correta.
 - B Apenas a afirmativa II está correta.
 - C Apenas a afirmativa III está correta.
 - D Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - E Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 15

Dentre outras hipóteses que versam sobre a “transmissão das obrigações”, o Código Civil trata da “cessão de crédito”. Assinale a alternativa que indica, de forma incorreta, regramento próprio deste tema:

- A O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor.
- B O cedente, responsável ao cessionário pela solvência do devedor, não responde por mais do que daquele recebeu, com os respectivos juros.
- C Na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu.
- D A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada num prazo de até 30 (trinta) dias antes do vencimento do crédito cedido.
- E O crédito, uma vez penhorado, não pode mais ser transferido pelo credor que tiver conhecimento da penhora.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Questão 16**

A legislação processual civil dispõe sobre a declaração de incompetência em matéria jurisdicional. Verifique as alternativas abaixo e assinale aquela que se expressa de forma incorreta sobre referido assunto.

- A Enquanto a incompetência relativa deve ser arguida por meio de exceção, a incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção.
- B Há conflito de competência quando dois ou mais juízes se declaram competentes ou, quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes, ou, finalmente, quando entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.
- C O conflito pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou pelo juiz, sendo que o Ministério Público será ouvido em todos os conflitos de competência, tendo, porém, qualidade de parte naqueles que suscitar.
- D Ao decidir o conflito, o tribunal declarará qual o juiz competente, pronunciando-se também sobre a validade dos atos do juiz incompetente, sendo que os autos do processo, em que se manifestou o conflito, serão remetidos ao juiz declarado competente.
- E Decorrido o prazo, com informações ou sem elas, será ouvido, em 10 (dez) dias, o Ministério Público; em seguida o relator apresentará o conflito em sessão de julgamento.

Questão 17

Assinale a alternativa correta sobre as incumbências do escrivão:

- A Dar, mediante despacho expresso, certidão de qualquer ato ou termo do processo.
- B Ter, sob sua guarda e responsabilidade, os autos, não permitindo em hipótese alguma que saiam de cartório.
- C Redigir, em forma legal, os ofícios, mandados, cartas precatórias e mais atos que pertencem ao seu ofício.
- D Comparecer às audiências, ou, não podendo fazê-lo, designar para substituí-lo um oficial de justiça, de preferência que tenha habilidade para ser datilógrafo ou taquígrafo.
- E Entregar, em cartório, o mandado, logo depois de cumprido.

Questão 18

Assinale a alternativa incorreta no que se refere às hipóteses nas quais não se fará a citação:

- A A quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso.
- B Ao cônjuge no dia do falecimento e nos 7 (sete) dias seguintes.
- C A qualquer parente do morto, consanguíneo, em linha reta, no dia do falecimento e nos 7 (sete) dias seguintes.
- D A qualquer parente do morto, não consanguíneo, na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 5 (cinco) dias seguintes.
- E Aos noivos, nos 3 (três) primeiros dias de bodas.

Questão 19

No tocante à prova testemunhal, analise as afirmativas abaixo e, na sequência, assinale a alternativa correta:

- I A prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos cujo valor não exceda o décuplo do maior salário mínimo vigente no país, ao tempo em que foram celebrados.
 - II Qualquer que seja o valor do contrato é admissível a prova testemunhal, quando o credor não pode ou não podia, moral ou materialmente, obter a prova escrita da obrigação, em casos como o de parentesco, depósito necessário ou hospedagem em hotel.
 - III É considerado incapaz para a produção de prova testemunhal o que intervém em nome de uma parte, como o tutor na causa do menor, o representante legal da pessoa jurídica, o juiz, o advogado e outros, que assistam ou tenham assistido as partes.
- A Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - B Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 - C Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
 - D Todas as afirmativas estão corretas.
 - E Todas as afirmativas estão incorretas.

Questão 20

Acerca da coisa julgada assinale a alternativa incorreta:

- A Não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, ou, ainda, quando a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- B Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público, salvo se a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 50 (cinquenta) salários mínimos.
- C Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide, salvo se, tratando-se de relação jurídica continuativa, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito, sendo que neste caso poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença.
- D Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública.
- E Passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido.

DIREITO DO TRABALHO**Questão 21**

Levando-se em consideração o tema “transferência de empregados” previsto na CLT, assinale a alternativa incorreta:

- A Em caso de necessidade de serviço o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, ficando, no entanto, o empregador obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 20% (vinte por cento) dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação.
- B Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio.
- C Compete privativamente aos Presidentes das Juntas, dentre outras que lhes forem conferidas por lei, a atribuição de conceder medida liminar, até decisão final do processo, em reclamações trabalhistas que visem a tornar sem efeito transferência do empregado para localidade diversa da que resultar do contrato.
- D Não estão compreendidos na proibição de transferência de localidade os empregados que exerçam cargo de confiança e aqueles cujos contratos tenham como condição, implícita ou explícita, a transferência, quando esta decorra de real necessidade de serviço.
- E É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.

Questão 22

Analise as afirmativas abaixo que versam sobre os períodos de descanso do trabalhador e, a seguir, assinale a alternativa correta:

- I Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos profissionais da saúde, bem como elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização.
- II Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.
- III Nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), a cada período de 90 (noventa) minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 (dez) minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.

- A Apenas a afirmativa I está correta.
- B Apenas a afirmativa II está correta.
- C Apenas a afirmativa III está correta.
- D Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- E Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

Questão 23

Considerando-se que após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, assinale a alternativa correta sobre a proporção deste direito:

- A 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 3 (três) vezes.
- B 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 4 (quatro) a 7 (sete) faltas.
- C 20 (vinte) dias corridos, quando houver tido de 8 (oito) a 14 (quatorze) faltas.
- D 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas.
- E 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 30 (trinta) faltas.

Questão 24

Ainda abordando o assunto referente ao direito às férias, assinale a alternativa que incorretamente dispõe sobre este tema:

- A A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias, sendo que dessa participação o interessado dará recibo.
- B Em caso de férias coletivas os empregados contratados há menos de 12 (doze) meses gozarão, na oportunidade, férias proporcionais, iniciando-se, então, novo período aquisitivo.
- C Excetuados os adicionais por trabalho extraordinário, os adicionais decorrentes de trabalho noturno, insalubre ou perigoso serão computados no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias.
- D Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.
- E Sempre que as férias forem concedidas após o prazo dos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração.

Questão 25

A CLT, em seu artigo 160, dispõe que “*nenhum estabelecimento poderá iniciar suas atividades sem prévia inspeção e aprovação das respectivas instalações pela autoridade regional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho.*”

Assinale abaixo a alternativa que indica, de modo incorreto, as determinações atinentes à citada inspeção e aprovação:

- A As empresas deverão solicitar prévia aprovação, pela Delegacia Regional do Trabalho, dos projetos de construção e respectivas instalações, sendo que caberá a esta expedir o competente alvará, independentemente dos demais alvarás exigidos pela Administração Pública.
- B A interdição ou embargo poderão ser requeridos pelo serviço competente da Delegacia Regional do Trabalho e, ainda, por agente da inspeção do trabalho ou por entidade sindical.
- C O Delegado Regional do Trabalho, à vista do laudo técnico do serviço competente que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador, poderá interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou embargar obra, indicando na decisão, tomadas com a brevidade que a ocorrência exigir, as providências que deverão ser adotadas para prevenção de infortúnios de trabalho.
- D Responderá por desobediência, além das medidas penais cabíveis, quem, após determinada a interdição ou embargo, ordenar ou permitir o funcionamento do estabelecimento ou de um dos seus setores, a utilização de máquina ou equipamento, ou o prosseguimento de obra, se, em consequência, resultarem danos a terceiros.
- E Durante a paralisação dos serviços, em decorrência da interdição ou embargo, os empregados receberão os salários como se estivessem em efetivo exercício.

Questão 26

No que se refere ao trabalho da mulher, assinale a alternativa correta sobre vedações que a legislação trabalhista estabelece. Sendo assim é vedado:

- A Publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, independentemente da natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente.
- B Considerar, excetuada a situação familiar, o sexo, a idade, a cor como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional.
- C Impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez.
- D Exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilização, na admissão ou permanência no emprego, salvo se for para o caso do exercício de atividades insalubres assim definidas na legislação trabalhista.
- E Excetuada a hipótese de situação familiar, recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível.

Questão 27

Analisando as afirmativas abaixo que se referem ao local de trabalho, assinale a alternativa correta:

- I Toda empresa é obrigada a instalar vestiários com armários individuais privativos das mulheres, exceto os estabelecimentos comerciais, escritórios, bancos e atividades afins, em que não seja exigida a troca de roupa e outros, a critério da autoridade competente em matéria de segurança e higiene do trabalho, admitindo-se como suficientes as gavetas ou escaninhos, onde possam as empregadas guardar seus pertences.
 - II As vagas dos cursos de formação de mão de obra, ministrados por instituições governamentais, pelos próprios empregadores ou por qualquer órgão de ensino profissionalizante, serão oferecidas aos empregados de ambos os sexos.
 - III A pessoa jurídica associar-se-á a entidade de formação profissional, sociedades civis, sociedades cooperativas, órgãos e entidades públicas ou entidades sindicais, bem como firmará convênios para o desenvolvimento de ações conjuntas, visando à execução de projetos relativos ao incentivo ao trabalho da mulher.
- A Todas as afirmativas estão corretas.
 - B Apenas a afirmativa I está incorreta.
 - C Apenas a afirmativa II está incorreta.
 - D Apenas a afirmativa III está incorreta.
 - E Todas as afirmativas estão incorretas.

Questão 28

Assinale a alternativa que indica corretamente situação em que a conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada:

- A Pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), desde que o mutuário conte com o mínimo de 2 (dois) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferente.
- B Pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, ou lote urbanizado de interesse social não construído, desde que o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes e seja a operação financiável nas condições vigentes para o Sistema Financeiro da Habitação (SFH).
- C Liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e haja interstício mínimo de 3 (três) anos para cada movimentação.
- D Pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), desde que o mutuário conte com o mínimo de 2 (dois) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa.
- E Liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Ministério das Cidades, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e haja interstício mínimo de 3 (três) anos para cada movimentação.

Questão 29

Ainda no tocante ao FGTS e levando-se em consideração as afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I Os empregadores se obrigam a comunicar mensalmente aos trabalhadores os valores recolhidos ao FGTS e repassar-lhes todas as informações sobre suas contas vinculadas recebidas da Caixa Econômica Federal ou dos bancos depositários.
- II Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais.
- III Após a centralização das contas vinculadas, na Caixa Econômica Federal, o depósito realizado no prazo regulamentar passa a integrar o saldo da conta vinculada do trabalhador a partir do dia 10 (dez) do mês de sua ocorrência. O depósito realizado fora do prazo será contabilizado no saldo no dia 10 (dez) subsequente após atualização monetária e capitalização de juros.

- A Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- C Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- D Todas as afirmativas estão incorretas.
- E Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 30

No que se refere ao trabalho do menor, assinale a alternativa correta:

- A Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 6 (seis) horas.
- B Considera-se prejudicial à moralidade do menor o trabalho em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes.
- C É vedado prorrogar a duração normal diária do trabalho do menor, salvo até mais 1 (uma) hora, independentemente de acréscimo salarial, mediante convenção ou acordo coletivo nos termos da CLT, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite máximo de 6 (seis) horas semanais ou outro inferior legalmente fixada.
- D O empregador, cuja empresa ou estabelecimento ocupar menores, será obrigado a conceder-lhes o tempo que for necessário para a frequência às aulas, sendo que os estabelecimentos situados em lugar onde a escola estiver a maior distância que 3 (três) quilômetros, e que ocuparem, permanentemente, mais de 30 (trinta) menores que tenham concluído apenas o ensino fundamental, de 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos, serão obrigados a manter local apropriado em que lhes seja ministrada a instrução necessária.
- E Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 10 % (dez por cento), no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 31**

Não são privativos de brasileiro nato os cargos de:

- A Oficial das Forças Armadas.
- B Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- C Ministro de Estado da Defesa.
- D Presidente da Câmara dos Deputados.
- E Presidente do Senado Federal.

Questão 32

Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem:

- A Se afastar dos respectivos mandatos em até oito meses antes do pleito.
- B Se afastar dos respectivos mandatos em até seis meses antes do pleito.
- C Renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- D Renunciar aos respectivos mandatos até oito meses antes do pleito.
- E Não necessitam nem se afastar ou renunciar aos respectivos mandatos.

Questão 33

O artigo 62 da Constituição Federal prevê que em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei. Sobre as medidas provisórias analise as afirmativas abaixo e, posteriormente, assinale a alternativa correta:

- I É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto expressamente na Constituição Federal.
 - II Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos artigos 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.
 - III Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
- A Todas as afirmativas estão corretas.
 - B Apenas a afirmativa I está incorreta.
 - C Apenas a afirmativa II está incorreta.
 - D Apenas a afirmativa III está incorreta.
 - E Todas as afirmativas estão incorretas.

Questão 34

É da competência do Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente:

- A O litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- B As causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, a União e os Municípios ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
- C A ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- D O "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- E Nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros, Procurador-Geral da República, bem como os representantes diplomáticos.

Questão 35

Acerca dos orçamentos públicos analise as afirmativas feitas a seguir e, na sequência, assinale a alternativa correta:

- I Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
 - II A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
 - III É vedada a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- A Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - B Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
 - C Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 - D Todas as afirmativas estão incorretas.
 - E Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 36

A Constituição Federal, ao tratar do Sistema de Seguridade Social, estabelece a competência da União para instituir contribuições que se prestam a sustentar a previdência e a assistência social. Visando dar segurança jurídica aos contribuintes e para preservar o instituto da “não surpresa”, o art. 195, § 6º da CF estabelece:

- A** O princípio da anterioridade nonagesimal de tal forma que, uma contribuição social quando for instituída ou modificada somente poderá ser exigida após decorridos 90 (noventa) dias da data da publicação da lei que a instituir ou modificar.
- B** O princípio da anterioridade nonagesimal de tal forma que, uma contribuição social quando for instituída ou modificada, somente poderá ser exigida no primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei que a instituir ou modificar e desde que a referida publicação ocorra até o dia 03 de outubro do exercício anterior ao da exigibilidade.
- C** O princípio da anterioridade integral de tal forma que, como os demais tributos, uma contribuição social quando for instituída ou modificada somente poderá ser exigida no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei que a instituir ou modificar.
- D** O princípio da anterioridade nonagesimal, que se aplica exclusivamente às contribuições sociais dos trabalhadores de tal forma que, quando estas forem instituídas ou modificadas somente poderão ser exigidas após decorridos 90 (noventa) dias da data da publicação da lei que assim determinar.
- E** O princípio da anterioridade nonagesimal, que se aplica exclusivamente às contribuições sociais devidas pelos empregadores, de tal forma que quando estas forem instituídas ou modificadas somente poderão ser exigidas após decorridos 90 (noventa) dias da data da publicação da lei que assim determinar.

Questão 37

Ainda no que se refere ao aspecto constitucional das contribuições sociais, de acordo com o § 4º do art. 195 da Constituição Federal, existe a previsão para a instituição de outras fontes de custeio, destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social. Referido dispositivo constitucional trata da:

- A** Competência concorrente entre a União e os Estados para a criação de novas contribuições sociais, desde que as mesmas sejam não cumulativas, não tenham fatos geradores e bases de cálculo próprios das contribuições sociais discriminadas nos incisos do citado art. 195, e sejam instituídas por lei complementar.
- B** Competência concorrente entre União e os Municípios para a criação de novas contribuições sociais, desde que as mesmas sejam não cumulativas, não tenham fatos geradores e bases de cálculo próprios das contribuições sociais discriminadas nos incisos do citado art. 195, e sejam instituídas por lei complementar.
- C** Competência residual da União para a criação de novas contribuições sociais, desde que as mesmas sejam não cumulativas, não tenham fatos geradores e bases de cálculo próprios das contribuições sociais discriminadas nos incisos do citado art. 195, e sejam instituídas por lei complementar.
- D** Competência residual dos Estados e dos Municípios para a criação de novas contribuições sociais para os seus servidores, desde que as mesmas sejam não cumulativas, não tenham fatos geradores e bases de cálculo próprios das contribuições sociais discriminadas nos incisos do citado art. 195, e sejam instituídas por lei complementar.
- E** Competência residual dos Estados para a criação de novas contribuições sociais para os seus servidores, desde que as mesmas sejam não cumulativas, não tenham fatos geradores e bases de cálculo próprios das contribuições sociais discriminadas nos incisos do citado art. 195, e sejam instituídas por lei complementar.

Questão 38

Reiterando o enfoque constitucional inerente à Seguridade Social, o art. 195, § 7º da Constituição Federal determina em seu conteúdo que as entidades beneficentes de assistência social sejam isentas de contribuições sociais. Sobre esta isenção cabe afirmar que:

- A** O texto constitucional retrata este benefício de não incidência de forma correta e o vincula aos requisitos que deverão ser estabelecidos em legislação infraconstitucional.
- B** O texto constitucional retrata este benefício de não incidência de forma correta, mas não o vincula aos requisitos que deverão ser estabelecidos em legislação infraconstitucional.
- C** O texto constitucional retrata este benefício de não incidência de forma incorreta, posto ser hipótese de isenção heterônoma e a mesma está vinculada aos requisitos já determinados dentro do contexto constitucional.
- D** O texto constitucional retrata este benefício de não incidência de forma incorreta, posto ser hipótese de imunidade, mas a mesma não está vinculada aos requisitos que deverão ser estabelecidos em legislação infraconstitucional.
- E** O texto constitucional retrata este benefício de não incidência de forma incorreta, posto ser hipótese de imunidade e a mesma está vinculada aos requisitos que deverão ser estabelecidos em legislação infraconstitucional.

Questão 39

No que diz respeito aos objetivos do Poder Público para organizar a seguridade social analise as afirmativas abaixo e, posteriormente, assinale a alternativa correta. Dentre outros, são objetivos:

- I** Benefícios equivalentes e serviços diferenciados quanto às populações urbanas e rurais.
- II** Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- III** Irredutibilidade do valor dos benefícios, salvo se houver anuência das entidades representativas dos aposentados e pensionistas, desde que esta seja aprovada pela maioria absoluta de seus membros em assembléia geral convocada exclusivamente para tal fim.

- A** Todas as afirmativas estão corretas.
- B** Todas as afirmativas estão incorretas.
- C** Apenas as afirmativas I e II estão incorretas.
- D** Apenas as afirmativas I e III estão incorretas.
- E** Apenas as afirmativas II e III estão incorretas.

Questão 40

No que diz respeito aos dependentes dos servidores titulares de cargo efetivo e dos aposentados de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, falecidos a partir de 21 de junho de 2004, analise as afirmativas abaixo e, depois, assinale a alternativa correta. A estes dependentes será concedido o benefício de pensão por morte, que será igual:

- I à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite.
 - II à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 60% (sessenta por cento) da parcela excedente a este limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.
 - III à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 80% (oitenta por cento) da parcela excedente a este limite.
- A Apenas a afirmativa I está correta.
 - B Apenas a afirmativa II está correta.
 - C Apenas a afirmativa III está correta.
 - D Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - E Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

Questão 41

Levando em consideração a Lei nº 9.717/98, no que concerne à organização dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, e serão baseados em normas gerais de contabilidade e atuária de modo a garantir seu equilíbrio financeiro e atuarial, assinale a alternativa que indica incorretamente os critérios que deverão ser observados para tanto:

- A identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo civil, militar e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos;
- B pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;
- C cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, vedado o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios;
- D financiamento mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, para os seus respectivos regimes;
- E as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, serão exclusivamente utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes.

Questão 42

Levando em consideração as normas gerais que regem a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, e que foram determinadas pela Lei nº 9.717/98, assinale a alternativa que indica incorretamente o regramento determinado na referida legislação:

- A No caso de extinção de regime próprio de previdência social, a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social.
- B A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão ao Ministério da Previdência e Assistência Social, quando solicitados, informações sobre regime próprio de previdência social e fundo previdenciário.
- C O descumprimento das normas gerais estabelecidas na referida Lei pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e pelos respectivos fundos, implicará, a partir de 1º de julho de 1999 impedimento para celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União, excetuada a suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União.
- D As alíquotas de contribuição dos servidores ativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para os respectivos regimes próprios de previdência social não serão inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União, devendo ainda ser observadas, no caso das contribuições sobre os proventos dos inativos e sobre as pensões, as mesmas alíquotas aplicadas às remunerações dos servidores em atividade do respectivo ente estatal.
- E Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, salvo disposição em contrário da Constituição Federal.

Questão 43

Analisando com o devido critério as afirmativas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem.
- II A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
- III A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesas previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso.

- A Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- C Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- D Todas as afirmativas estão corretas.
- E Todas as afirmativas estão incorretas.

Questão 44

Analisando as afirmativas abaixo sobre os princípios que regem o regime próprio de previdência dos servidores públicos municipais de Jundiá, assinale a alternativa correta:

- I É princípio a universalidade de participação dos servidores municipais efetivos, ativos e inativos e seus dependentes, no plano previdenciário, mediante contribuição.
- II É princípio o custeio da previdência social dos servidores públicos municipais, mediante recursos provenientes, dentre outros, do orçamento do Município e da contribuição compulsória dos servidores ativos e facultativa dos inativos e dos pensionistas.
- III É princípio o da subordinação das aplicações de reservas, fundos e provisões garantidoras dos benefícios previstos nesta Lei a padrões mínimos adequados de diversificação, liquidez e segurança econômico-financeira, conforme estabelecido pelo Ministério da Fazenda.

- A Todas as afirmativas estão corretas.
- B Apenas a afirmativa I está correta.
- C Apenas a afirmativa II está correta.
- D Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- E Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

Questão 45

Assinale a alternativa incorreta quanto à aposentadoria por invalidez do servidor público municipal de Jundiá:

- A O valor do benefício da aposentadoria por invalidez será calculado com base na remuneração do cargo efetivo do servidor sobre a qual tenha havido incidência de contribuição previdenciária.
- B A aposentadoria por invalidez só será concedida após a comprovação da invalidez do segurado, mediante perícia realizada por serviço médico próprio do Município, podendo o IPREJUN designar junta própria.
- C O segurado aposentado por invalidez fará jus aos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando a invalidez permanente do segurado não for decorrente de acidente em serviços, moléstia profissional ou doença grave contagiosa ou incurável.
- D Sendo comprovada por serviço médico próprio do Município ou particular por ele credenciado, a reabilitação ou a recuperação do segurado aposentado por invalidez, será suspenso o pagamento do benefício.
- E O segurado aposentado por invalidez fará jus aos proventos integrais, quando decorrentes de acidente em serviços, moléstia profissional ou doença grave contagiosa ou incurável.

Questão 46

As afirmativas abaixo versam sobre a aposentadoria voluntária, por idade, dos servidores públicos municipais de Jundiá. Com a devida atenção, analise tais afirmativas e, posteriormente, assinale a alternativa correta:

- I Os proventos da aposentadoria voluntária por idade serão equivalentes a 1/35 (um trinta e cinco avos), se homem, e 1/30 (um trinta avos), se mulher, por ano completo de contribuição previdenciária, tendo como base a última remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria.
- II O valor dos proventos, calculado na forma da afirmativa anterior, não poderá ser superior a 100% (cem por cento) da última remuneração, sobre a qual incidiu a contribuição previdenciária para o IPREJUN no cargo efetivo em que se der a aposentadoria.
- III Para o segurado que tenha 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, mas que não tenha 5 (cinco) anos no cargo efetivo, poderá aposentar-se com a remuneração do cargo anteriormente ocupado, desde que tenha o tempo de 5 (cinco) anos naquele cargo, cumulativamente com os demais requisitos e condições fixados em lei.

- A Todas as afirmativas estão incorretas.
- B Apenas a afirmativa I está incorreta.
- C Apenas a afirmativa II está incorreta.
- D Apenas a afirmativa III está incorreta.
- E Apenas as afirmativas I e II estão incorretas.

Questão 47

Com base nas disposições legais municipais pertinentes à aposentadoria especial dos professores da rede municipal de ensino de Jundiá, assinale a alternativa incorreta:

- A O professor (homem) segurado que comprove efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou médio, terá direito à aposentadoria especial, com proventos integrais, desde ele tenha, cumulativamente, 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, 30 (trinta) anos de contribuição na função de magistério e 10 (dez) anos, de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo, em que se der a aposentadoria.
- B Consideram-se funções de magistério, para o efeito de aposentadoria especial do professor, as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.
- C A segurada professora que tenha ingressado regularmente no serviço público até a data da publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003, poderá optar pela aposentadoria voluntária, com proventos integrais, quando, cumulativamente contar com 50 (cinquenta) anos de idade, contar com tempo de contribuição previdenciária na função de magistério igual, no mínimo, à soma de 25 (vinte e cinco) anos de contribuição na função de magistério, vinte anos de efetivo exercício no serviço público, e tiver 10 (dez) anos de carreira e 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.
- D Para os efeitos da aposentadoria especial do segurado professor, que tenha ingressado regularmente em cargo de magistério, até 15 de dezembro de 1998 o tempo de serviço exercido exclusivamente nas funções de magistério, até a citada data será contado, com acréscimo de 17% (dezesete por cento), se homem, e 20% (vinte por cento) se mulher, desde que o segurado professor se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério.
- E O segurado professor (homem), que tenha ingressado regularmente em cargo de magistério, até 15 de dezembro de 1998, poderá se aposentar voluntariamente, com proventos integrais, desde que cumulativamente tenha 50 (cinquenta) anos de idade, 8 (oito) anos, de efetivo exercício, da função de magistério, exclusivamente na atividade docente, e conte com tempo de contribuição previdenciária igual à soma de 35 (trinta e cinco) anos de contribuição na função de magistério e um período adicional de contribuição equivalente a 10% (dez por cento) do tempo que, na data de 16 de dezembro de 1998, faltava para atingir o limite de tempo legal.

Questão 48

O Conselho Deliberativo do IPREJUN será constituído de 14 (quatorze) membros efetivos e 1 (um) membro suplente para cada um. Assinale a alternativa que indica incorretamente sobre a composição do citado Conselho.

- A cinco representantes dos servidores ativos do Poder Executivo, eleitos pelos servidores públicos.
- B cinco representantes dos servidores ativos do Poder Executivo, indicados pelo Prefeito.
- C dois representantes dos servidores inativos.
- D um representante dos servidores ativos do Poder Legislativo, indicado pela Mesa da Câmara.
- E um representante dos servidores ativos do Poder Legislativo, eleito pelos respectivos servidores.

Questão 49

Analise as afirmativas abaixo referentes ao tema “acidente do trabalho” e, posteriormente, assinale a alternativa correta:

- I Equipara-se ao acidente do trabalho o acidente ocorrido no percurso da residência para o local do trabalho, ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade particular do funcionário, desde que não haja alteração ou interrupção do percurso por motivo alheio ao trabalho.
 - II Nos casos de acidente do trabalho e de doença profissional, o tratamento médico e a assistência médica e hospitalar do servidor serão sempre realizados por estabelecimento da rede municipal e as despesas correrão por conta do Município.
 - III A prova do acidente será feita em processo especial, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período quando as circunstâncias o exigirem, e seu reconhecimento dependerá de inspeção ou apuração pelos Serviços de Engenharia de Segurança do Trabalho e Medicina do Trabalho da Prefeitura.
- A Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - B Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 - C Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
 - D Todas as afirmativas estão corretas.
 - E Todas as afirmativas estão erradas.

Questão 50

Assinale a alternativa que indica corretamente a hipótese relativa à licença para tratamento de saúde em pessoa da família.

- A O funcionário poderá obter licença por motivo de doença na pessoa de cônjuge do qual não esteja separado.
- B Após a fruição de uma licença para tratamento de saúde em pessoa da família uma nova licença remunerada só poderá ser concedida depois de decorrido 1 (um) ano do término da licença remunerada anterior.
- C A licença somente será concedida mediante prova de ser indispensável à assistência pessoal e permanente do funcionário e esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, ou mediante compensação de horário.
- D A citada licença será concedida com remuneração integral até 30 (trinta) dias; após, sem remuneração, até o limite máximo de 02 (dois) anos, sendo computado neste período as novas concessões.
- E Compete ao Serviço Social realizar as diligências necessárias para verificação e emissão de relatório quanto à necessidade de assistência pessoal do servidor.

Questão 51

De acordo com a Constituição Federal o imposto municipal sobre a propriedade predial e territorial urbana IPTU - pode assumir típica função de extrafiscalidade. Assinale a alternativa que indica corretamente referida situação:

- A Sempre que possível, o IPTU terá caráter pessoal, porém não poderá ser graduado segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- B O IPTU abrangerá os imóveis localizados na zona urbana e na zona urbanizável, bem como aqueles que se localizam na zona de expansão urbana, segundo definição estabelecida em legislação municipal.
- C Para os municípios que possuam plano diretor o IPTU poderá ser instrumento de confisco, sendo tal hipótese uma exceção ao princípio do não-confisco, estabelecido no art. 150, IV da Constituição Federal.
- D Estarão imunes ao IPTU os imóveis que estejam relacionados com a função social da propriedade urbana, segundo critérios estabelecidos na Constituição Federal em combinação com o Estatuto da Cidade.
- E Segundo regramento a ser determinado por legislação municipal, o IPTU poderá ser progressivo de acordo com o valor do imóvel, ou seletivo, conforme o uso ou localização do mesmo.

Questão 52

No que concerne ao imposto municipal sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis – ITBI, analise as afirmativas abaixo e, posteriormente, assinale a alternativa correta:

- I Como regra geral, o imposto será devido ao Município da situação do bem imóvel, salvo na hipótese onde o adquirente tiver o seu domicílio em outra municipalidade, quando, então, o tributo deverá ser recolhido ao Município de seu domicílio tributário.
- II Cabe à lei complementar de caráter nacional estabelecer as alíquotas mínimas e máximas do imposto.
- III O imposto não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.

- A Apenas a afirmativa I está correta.
- B Apenas a afirmativa II está correta.
- C Apenas a afirmativa III está correta.
- D Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- E Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

Questão 53

Em conformidade com a Constituição Federal, o imposto sobre serviços de qualquer natureza terá os serviços por ele tributados definidos na chamada “lista de serviços”. No que diz respeito a esta lista, assinale abaixo a alternativa correta:

- A A lista de serviços, que pode abranger todos os serviços, será definida por meio de lei complementar nacional e, segundo a jurisprudência do STF, tem caráter exemplificativo.
- B A lista de serviços, que pode abranger todos os serviços, será definida por meio de lei complementar nacional e, segundo a jurisprudência do STF, tem caráter taxativo.
- C A lista de serviços, que pode abranger todos os serviços, exceto os tributados pelo ICMS, será definida por meio de lei complementar nacional e, segundo a jurisprudência do STF, tem caráter exemplificativo.
- D A lista de serviços, que pode abranger todos os serviços, exceto os tributados pelo ICMS, será definida por meio de lei complementar nacional e, segundo a jurisprudência do STF, tem caráter taxativo.
- E A lista de serviços, que pode abranger todos os serviços, exceto os tributados pelo ICMS, será definida por meio de lei complementar municipal e, segundo a jurisprudência do STF, tem caráter taxativo.

Questão 54

Analise cuidadosamente as afirmativas abaixo sobre a espécie tributária “taxa” e, posteriormente, assinale a alternativa correta:

- I As taxas se classificam como “tributos vinculados”, uma vez que a exigibilidade das mesmas decorre de atividade estatal diretamente relacionada ao contribuinte e tem por finalidade ressarcir os cofres públicos pelo exercício do poder de polícia ou pela prestação de serviços públicos.
- II A taxa de serviço de conservação de vias públicas é considerada inconstitucional pela jurisprudência, uma vez que o referido tributo não leva em consideração os dois requisitos necessários para a cobrança: o serviço público para ser tributado por taxa, deve ser específico e divisível.
- III A jurisprudência considera constitucional a taxa de coleta domiciliar de lixo, mesmo que o cálculo da mesma seja feito, com base na testada do imóvel beneficiado, pelo referido serviço, pois tal critério não afronta a previsão de vedação ao uso da base de cálculo de impostos para se apurar o montante da taxa.

- A Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- C Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- D Todas as afirmativas estão corretas.
- E Todas as afirmativas estão erradas.

Questão 55

A contribuição de melhoria, segundo a Constituição Federal poderá ser exigida quando houver a realização de uma obra pública. Acerca desta espécie tributária assinale a alternativa incorreta:

- A Caberá a sua exigibilidade para suprir os custos que a obra pública gerou aos cofres públicos, não prevalecendo, segundo manifestação do STF, os parâmetros que foram indicados pelos art. 81 do Código Tributário Nacional, uma vez que este não foi recepcionado pelo ordenamento constitucional de 1988.
- B Uma vez publicado o memorial descrito da obra, abrir-se-á um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a interposição de impugnação por parte dos interessados.
- C O tributo em causa somente será exigido quando houver uma obra pública que redunde em valorização imobiliária, limitando-se a cobrança ao custo da obra e a valorização que ele trouxer ao imóvel do contribuinte.
- D Uma vez publicados o orçamento do custo da obra e a delimitação da zona por ela beneficiada, abrir-se-á um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a interposição de impugnação por parte dos interessados.
- E A contribuição de melhoria relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

DIREITO PENAL**Questão 56**

Assinale a alternativa que indica incorretamente a prática que de acordo com a legislação específica constitui crime contra a ordem tributária:

- A Omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.
- B Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.
- C Fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo.
- D Deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo, excluída a contribuição social que deve ser retida na fonte, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.
- E Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

Questão 57

Sobre os crimes praticados por funcionários públicos, analise as afirmativas abaixo e, posteriormente, assinale a alternativa correta:

- I Constitui crime funcional contra a ordem tributária extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função; sonegá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social.
 - II Constitui crime funcional contra a ordem tributária exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes, de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente. Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.
 - III Constitui crime funcional contra a ordem tributária patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público. Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
- A Apenas a afirmativa I está incorreta.
 - B Apenas a afirmativa II está incorreta.
 - C Apenas a afirmativa III está incorreta.
 - D Todas as afirmativas estão incorretas.
 - E Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 58

O tipo penal que traz como conduta “*constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa*” pode ser definido como sendo:

- A Extorsão e pode implicar na pena de reclusão, de quatro a dez anos e incidência de multa.
- B Extorsão indireta e pode implicar na pena de reclusão, de quatro a dez anos e incidência de multa.
- C Usurpação e pode implicar na pena de reclusão, de quatro a dez anos e incidência de multa.
- D Usurpação indireta e pode implicar na pena de reclusão, de quatro a dez anos e incidência de multa.
- E Extorsão e pode implicar na pena de reclusão, de seis a dez anos e incidência de multa.

Questão 59

A falsificação, fabricação ou alteração de papéis públicos pode acarretar ao agente a seguinte pena:

- A Reclusão, de quatro a dez anos, e multa.
- B Reclusão, de um a quatro anos, e multa.
- C Reclusão, de dois a oito anos, e multa.
- D Reclusão, de um a três anos, e multa.
- E Reclusão, de dois a seis anos, e multa.

Questão 60

O funcionário público que apropria-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio incorre em:

- A** Peculato, sujeitando-se à pena de reclusão, de dois a dez anos, e multa.
- B** Peculato culposo, sujeitando-se à pena de reclusão, de dois a cinco anos, e multa.
- C** Concussão, sujeitando-se à pena de reclusão, de dois a oito anos, e multa.
- D** Excesso de exação, sujeitando-se à pena de reclusão, de três a oito anos, e multa.
- E** Peculato, sujeitando-se à pena de reclusão, de dois a doze anos, e multa.

FOLHA DE RASCUNHO

O Candidato poderá levar esta folha.

RASCUNHO DO GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

Reservados todos os direitos. É proibida a publicação ou reprodução total ou parcial deste documento, sob quaisquer formas ou sob quaisquer meios, sem permissão expressa do Grupo Makiyama.

